

SUJEITAS(OS) DE CONHECIMENTO, NOSSAS TEORIAS, NOSSA VIOLÊNCIA EPISTÊMICA

Alcione Correa Alves (UFPI)

RESUMO: Partindo da hipótese do potencial epistemológico de obras literárias (DURÃO, 2015) e dela nos apropriando, o presente texto examina o *potencial epistemológico de obras literárias negras americanas* e, por conseguinte, do conhecimento produzido por sujeitas(os) negras(os) americanas(os), mediante exame de suas obras literárias, no âmbito de nossa comunidade científica.

Palavras-chave: Literaturas negras americanas. Violência epistêmica. Problemas modelares. Soluções modelares.

ABSTRACT: Appropriating the hypothesis of epistemological potential of literary works (DURÃO, 2015), this article proposes a *epistemological potential of Black American literary works* and therefore, a knowledge produced by Black American people through literary works analysis in our scientific community.

Keywords: Black american literatures. Epistemic violence. Model problems. Model solutions.

A Livia Natália Souza.

Enquanto índice da saúde da comunidade científica em torno do GT de Literatura Oral e Popular, a observação da programação de seus debates, na reunião promovida no XXXIII Encontro Nacional da ANPOLL, oferecera uma amostra da diversidade tanto de abordagens de pesquisa circulantes entre a comunidade científica quanto de sujeitas(os) por nós investigadas(os)²⁵. Do ponto de vista de nosso fazer-ciência, nesta diversidade encontramos terreno fértil a uma aprendizagem de literaturas (ou, dito de outro modo: de poéticas orais) habilitadas a formular novas perguntas e limites ao atual estado da teoria literária em, ao menos, dois aspectos: seja o atual estado de nossos recursos teóricos e metodológicos mais diretamente relacionados à comunidade científica das Poéticas Orais, no Brasil (tema explicitamente evocado na convocatória a este número da revista *Boitatá*); seja a um quadro mais geral, no tocante ao corpo de conhecimentos reconhecido como Teoria Literária (para muitos fins: teoria ocidental), enquanto disciplina estabelecida em nosso atual modelo acadêmico. A partir de tal lugar de conhecimento, a comunidade científica das Poéticas Orais, no Brasil, constitui uma amostra significativa ao campo dos Estudos Literários, em sua capacidade de formular questões, contemporâneas, à natureza de nossos temas de estudo, assim como à natureza de nossa produção, discussão e difusão de conhecimento, postulando

²⁵ Como atores relevantes, no campo das Poéticas Orais, habilitados à demonstração de tal diversidade, consideremos o GT de Literatura Oral e Popular (assim como as edições do Seminário de Poéticas Orais, realizado em seu âmbito), bem como os 26 números já publicados da revista *Boitatá*.

uma relação de mão dupla entre sujeitas(os) investigadas(os) e sujeitas(os) investigadoras(es) e assumindo, frequentemente, os corolários da referida relação.

Em uma palavra: a observação dos trabalhos do GT de Literatura Oral e Popular, levados a termo no XXXIII Encontro Nacional da ANPOLL, situam, de modo legítimo, o quanto as pesquisas contemporâneas desenvolvidas pela comunidade científica das Poéticas Oraís, no Brasil, fornecem ao campo mais amplo dos Estudos Literários novos problemas modelares, de relevância teórica e política, acerca de nosso fazer-ciência; e (central a este artigo) acerca do lugar das(os) sujeitas(os) que investigamos naquilo que Homi K. Bhabha denominara *equação conhecimento-poder* (BHABHA, 1998, p. 45). A isto, se dedica o presente texto: no cenário ora delimitado, discutir possibilidades e limites da teoria literária ante a hipótese de tomar a sujeitas(os) que investigamos, em vez de nossos Outros, enquanto sujeitas(os) cognoscentes²⁶. Partindo da hipótese do potencial epistemológico de obras literárias (DURÃO, 2015) e dela nos apropriando, o presente texto propõe discutir, de modo elementar, o lugar do conhecimento produzido pelas sujeitas(os) que investigamos, mediante exame de suas obras literárias, no âmbito de nossa comunidade científica. Trata-se de uma discussão de cunho teórico, calcada no recurso a alguns textos recorrentes no campo dos Estudos Literários, no Brasil, acerca de problemas modelares de pesquisa em Literatura Oral (ou, mais especificamente, Poéticas Oraís). Como resultados esperados, formula-se uma pergunta visando aos modos de apreensão, em nosso fazer-ciência, de nossos Outros (enquanto objeto de investigação), assim como seu lugar na equação de produção e difusão de conhecimento vigente neste momento de nossa comunidade científica. Como hipótese norteadora, assinalamos o risco, da parte de nosso fazer-ciência, no estabelecimento da raça de nossos Outros, isto é: da racialização como operação teórica e metodológica circulante no atual estágio da comunidade científica debruçada sobre o tema; bem como da violência epistêmica imbricada nesta operação.

O presente texto visa à formulação de uma pergunta sobre nossos usos da teoria e, notadamente, nossos usos políticos do corpo de conhecimentos reconhecido como uma disciplina estabelecida, a Teoria Literária, no âmbito de nossa comunidade científica²⁷. De maneira a apresentar os termos iniciais à referida pergunta, parte-se da formulação do problema de pesquisa central a *O local da cultura*:

O que exige maior discussão é se as “novas” linguagens da crítica teórica (semiótica, pós-estruturalista, desconstrucionista e as demais) simplesmente

²⁶ A despeito de sua condição de discussão teórica, no âmbito do dossiê ora proposto, o presente texto menciona a sujeitas(os) negras(os) americanas(os) não para limitar a estas(os) como tema privilegiado ou mesmo exclusivo de investigação em Poéticas Oraís mas, especificamente, para delimitar: o lugar de enunciação científica do texto e de sua autoria (com base em uma trajetória de investigação em literaturas negras americanas; e desde um compromisso político de enunciação de uma ciência negra); a contribuição de um marco teórico de pensamento negro contemporâneo a nossas discussões epistemológicas próprias ao GT de Literatura Oral e Popular. Em caso de êxito, a discussão fomentada neste texto apresentaria, ao fim, linhas iniciais à apreciação de sujeitas(os) negras(os) americanas(os) – e, de modo mais amplo, a sujeitas(os) que investigamos – em uma posição de produção, difusão e discussão conjunta de conhecimento por nós buscado, desde nosso lugar acadêmico.

²⁷ O presente artigo parte de texto anterior, intitulado “Violência epistêmica, redes intelectuais, sujeitas(os) cognoscentes”, originalmente divulgado no sítio do XXXIII ENANPOLL, realizado na cidade de Cuiabá, no ano de 2018 (no presente artigo, referido como: ALVES, 2018). À ocasião, a discussão integrava a mesa redonda intitulada “Internacionalização nas Letras e nas Linguísticas: em que línguas e com que parceiros?”, em companhia da Profª. Dra. Maria Teresa Celada (USP), da Profª. Dra. Maria Laura Pardo (UBA – Argentina) e do Prof. Dr. Eric Fernández Hernández (Universidade de Havana – Cuba), ademais deste articulista. Deste texto prévio, provém a leitura e apropriação da hipótese de Fábio Durão Akcelrud, tomada aqui aos fins da proposta deste dossiê.

refletem aquelas divisões geopolíticas e suas esferas de influência. Serão os interesses da teoria “ocidental” necessariamente coniventes com o papel hegemônico do Ocidente como bloco de poder? Não passará a linguagem da teoria de mais um estratagema da elite ocidental culturalmente privilegiada para produzir um discurso do Outro que reforça sua própria equação conhecimento-poder? (BHABHA, 1998, p. 45)

A título introdutório, propomos que, no estabelecimento da teoria enquanto *estratagema da elite ocidental*, reside a necessidade de uma vigilância epistemológica ante o caráter geopolítico da teoria, assim como uma necessária [e recorrente] identificação entre Teoria e Ocidente²⁸. Tal constatação nos leva a examinar, no interior de nossa comunidade científica, o lugar da teoria em nossas formação e produção científicas; se trata, nos termos de Bhabha, de um lugar geopolítico ao observar que, malgrado o adjetivo *ocidental* esteja grafado entre aspas ao se reportar à teoria (ao corpo de conhecimentos de uma disciplina estabelecida), se mostra grafado em sentido mais absoluto ao designar as relações de poder (*o papel hegemônico do Ocidente como bloco de poder; elite ocidental culturalmente privilegiada*) e aquilo que, particularmente, nos interessa ao longo deste texto: nos termos de Bhabha, uma *equação conhecimento-poder*.

Não chega a ser ultrajante, penso eu, sugerir que a teoria literária, no sentido mais estrito de Kambouchner, que toma por objeto o “texto em geral”, não é, afinal de contas, algo com que precisemos ficar especialmente preocupados, se nosso interesse estiver nas características peculiares do texto escrito africano. Não decorre daí que devamos considerar desinteressante o projeto da teoria literária, novamente no sentido forte de Kambouchner; longe disso. Na medida em que a textualidade africana deixa de se conformar a uma teoria literária nesse sentido forte, isso é um problema da teoria, revelando-a como mais um princípio local que se faz passar por universal; e esse é um problema que só podemos começar a abordar, precisamente, através de uma análise séria dos textos africanos (APPIAH, 1997, p. 99)

No que tange à prerrogativa de cada lugar; e naquilo que tal ideia de lugar nos permite discutir os limites de uma universalidade das literaturas canônicas centroeuropeias (termo que contribui a uma compreensão das aspas do adjetivo em uma teoria “ocidental”); Appiah nos aponta, das páginas 96 a 108 de *Na casa de meu pai*, uma formulação modelar ao problema: quanto a nosso conceito de teoria literária; quanto ao âmbito da teoria literária, enquanto disciplina própria a um modelo acadêmico ocidental; quanto aos limites de uma perspectiva pós-estruturalista no exame de literaturas não-canônicas [ou, seguindo a pista de Gayatri Chakravorty Spivak, das literaturas de quens nós, Sujeitos, tomamos como nossos Outros]. Especificamente, o primeiro parágrafo da página 99 formula este problema, dois anos antes de *O local da cultura* fornecendo-nos, ademais, elementos a dois princípios metodológicos:

- a primazia ontológica do texto ante a teoria ou, dito de outro modo, a primazia de sujeitas(os) cognoscentes investigadas(os) mediante interpretação de seus textos literários,

²⁸ Mais adiante, no início da parte II deste mesmo capítulo, a teoria devém “teoria ocidental”, entre aspas; contemporânea a esta linha argumentativa de Bhabha, podemos reconhecer um argumento similar na introdução de *Cultura e imperialismo*, no momento em que Edward W. Said desenha sua hipótese de pesquisa, a desenvolver ao longo de seu ensaio; no capítulo 1 de *Introduction à une poétique du Divers*, em que Édouard Glissant, em diálogo com ambos textos, estabelece uma distinção entre Caribe e Ocidente - arrimada na enunciação do *droit à l’Opacité*, logo nas três primeiras páginas de *Le discours antillais*; em que Kwame Anthony Appiah discute o lugar da teoria ocidental na formulação de problemas teóricos acerca das literaturas africanas contemporâneas, no capítulo 3 de *Na casa de meu pai*.

uma vez que "na medida em que a textualidade africana deixa de se conformar a uma teoria literária nesse sentido forte [apropriado anteriormente de Denis Kambouchner], isso é um problema da teoria, revelando-a como mais um princípio local que se faz passar por universal";

- tomando em conta o questionamento a esta pretensão à universalidade, o início deste parágrafo nos oferece uma postura, política, ante um corpo de teoria literária de matriz centroeuropeia [que, dois anos depois, Bhabha sugeriria "teoria ocidental"] em sua pretensão à universalidade; e em sua centralidade em nossa formação, no sentido mais amplo do termo.

Ao seguir o gesto de Appiah ao situar as obras literárias africanas (e, em um sentido mais amplo, conforme à enumeração teórica anterior: as obras literárias não ocidentais), observamos que, em artigo recente, Fábio Akcelrud Durão (2015) disserta acerca de uma ideia, cara ao longo de todo este texto: o potencial epistemológico de obras literárias.

Em vista disso, torna-se óbvio o potencial epistemológico de obras literárias; com efeito, é mesmo possível dizer que cada uma das vertentes atuais da teoria, da hermenêutica ou estética da recepção até os *queer studies*, passando *New Historicism* e pós-estruturalismo, projeta um modelo de conhecimento específico a ser obtido a partir de textos ficcionais. A semiótica encontra neles construções verbais complexas, que permitem uma investigação aprofundada da natureza do signo; a desconstrução depara-se, através deles, com um fértil espaço para a demonstração do auto-desfazer de si da metafísica ocidental; o feminismo identifica tanto um veículo de cristalização de posições de gênero, quanto sua possível subversão; o pós-colonialismo, a consolidação de uma visão etnocêntrica ou a abertura para vozes oprimidas, e assim por diante... Portanto, discutir teoria literária em sua acepção mais ampla terá sempre como pressuposto a capacidade que a literatura exhibe para ser algo epistemologicamente produtivo (DURÃO, 2015, p. 378-379)

Para fins de proposição de nosso problema, se mostra relevante sublinhar *o potencial epistemológico de obras literárias*. Para tanto, pressupomos 1) intercâmbios de pensamento em uma via de mão dupla, entre nossos referenciais e as obras literárias que investigamos, como condição necessária; e, como corolário, 2) a produção de conhecimento, por nossa comunidade científica, calcada na possibilidade de que *textos ficcionais* produzidos e difundidos por nossos Outros estejam habilitados, potencialmente, a *um modelo de conhecimento específico* acessível a nosso trabalho científico. No interior de nossa comunidade científica, uma resposta a nossa questão norteadora proporia a busca, constante, de nossa parte, do estabelecimento de uma via de mão dupla entre investigadora() e texto ficcional na qual a primeira parte da equação aludiria a uma() sujeita(o) de pesquisa; ao passo que, nesta segunda parte da equação, na qual situamos o texto e suas culturas, o texto e suas autorias, o texto e suas representações, o texto enquanto texto, o texto e seus Outros, aludiríamos, igualmente, a sujeitas(os) de pesquisa (ALVES, 2018).

(...) la tentative d'approcher une réalité tant de fois occultée ne s'ordonne pas tout de suite autour d'une série de clartés. Nous réclamons le droit à l'Opacité. Par quoi notre tension pour tout dru exister rejoint le drame planétaire de la Relation: l'élan des peuples néantisés qui opposent aujourd'hui à l'universel de la transparence, imposée par l'Occident, une multiplicité sourde du Divers (GLISSANT, 1997, p. 14)

A pós-colonialidade, em Bhabha, em contraposição à pós-modernidade, se apresenta como sintoma ("um salutar lembrete", na tradução de *O local da cultura*) da permanência, da

vigência das relações coloniais, neocoloniais, na base das novas relações apresentadas como nova ordem mundial. A partir daí, Bhabha apresenta a possibilidade de construções identitárias "de outro modo que não a modernidade" - especificamente, um modelo centroeuropeu de modernidade. Ainda que em diálogo com uma fórmula (Ocidente x _____), a proposta de Bhabha, ao menos na introdução de *O local da cultura*, soa por vezes demasiado alta em sua aposta transgressora, ao que vale a pena po-la em debate com a proposta de Glissant seja em *Introduction à une poétique du Divers*, no que este abre espaço à provisoriedade das construções identitárias (das práticas desviantes), seja ao *droit à l'Opacité* que, além de estabelecer os limites a um conceito de compreensão, recorda-nos, igualmente "de modo salutar", nossa posição desde um modelo de ciência ocidental sempre com o risco de tomar a sujeitas(os) de investigação como nossos Outros, *peuples néantisés*, renovando um ciclo de violência epistêmica *imposée par l'Occident* de modo a naturalizar, mediante aplicação de um princípio local que se faz passar por universal, *une multiplicité sourde du Divers*. Assinalando tal gesto de naturalização, eis a primeira nota de rodapé a *Le discours antillais*, precisamente na menção a *l'Occident*: "L 'Occident n'est pas à l'ouest. Ce n'est pas un lieu, c'est un projet". Ao que caberia, neste ponto, a sugestão de um terceiro princípio metodológico: uma vez aceita a primazia ontológica do texto e de sujeitas(os) cognoscentes investigadas(os) mediante interpretação de seus textos literários, caberia postular uma hipótese mais geral de nossas(os) sujeitas(os) de investigação, didaticamente, em posição externa ao Ocidente (seja segundo Bhabha, Appiah ou Glissant; e ainda que, geograficamente, estejam a oeste); em uma palavra, adotar a hipótese de que estas(es) sujeitas(os), frequentemente, enunciam desde um lugar-outro do qual enuncia a teoria.

No esforço que Durão assinala ao *discutir teoria literária em sua acepção mais ampla*, se justifica nosso recurso, no parágrafo anterior, ao termo *referenciais*: a acepção aqui proposta de Teoria, em um sentido largo, pressuporia uma via de mão dupla na qual as(os) sujeitas(os) negras(os) americanas(os), Outros de quem investigamos suas obras literárias, gozariam da prerrogativa de sujeitas(os) cognoscentes, tomando parte no jogo de produção, difusão e discussão de conhecimentos científicos acerca de suas [próprias] literaturas. Caso pensemos na citação a Appiah: sujeitas(os) habilitadas(os) a apontar limites ao atual desenvolvimento da teoria literária ocidental. Caso pensemos na citação a Glissant: sujeitas(os) cognoscentes que podem, eventualmente, enunciar desde uma posição impermeável às categorias disponíveis no atual desenvolvimento da teoria literária ocidental. Isto posto, o presente artigo discute bases elementares a uma pergunta norteadora, centrada no potencial epistemológico de obras literárias e, nos apropriando da expressão inicial de Durão, no *potencial epistemológico de sujeitas(os) que investigamos, mediante exame de suas obras literárias*. A título de resultados esperados, propomos uma nova questão epistemológica (habilitada a inteligibilidade e circulação no interior de nossa comunidade científica) acerca dos modos de apreensão, em nosso fazer-ciência, de nossos Outros (ou, doravante, ao longo de todo este texto: de [quens tomamos como] nossos Outros quando objeto de investigação), assim como de seu lugar na equação de produção e difusão de conhecimento, vigente neste momento de nossa comunidade científica. Como uma das hipóteses de trabalho, se estabelece que não apenas nós acadêmicas(os) – ou, em uma palavra: intelectuais – deslocamos e estabelecemos deslocamentos como, igualmente, as teorias efetuam deslocamentos ("as teorias deslizam"); e, uma vez compreendendo a teoria desde as obras que investigamos, as obras (se) (nos) deslocam; e, especificamente desde meu lugar de enunciação ou desde o lugar de minha teoria: as(os) sujeitas(os) das(os) quais as obras se mostram tributárias, igualmente, (se) (nos) deslocam. Uma vez estabelecendo textos ficcionais negros americanos como base de nosso *corpus* literário, a partir do qual nossa comunidade científica formula seus problemas modelares ora vigentes, recapitulamos os dois corolários a nossa apropriação de Durão, na base deste argumento e do programa de pesquisa nele imbricado:

- 1) no exame de obras ficcionais negras americanas, busca-se intercâmbios de pensamento de modo a estabelecer modos de produção, difusão e discussão de conhecimento entre sujeitas(os) de pesquisa e sujeitas(os) investigadoras(es); e
- 2) postula-se que a produção de conhecimento, por nossa comunidade científica, se fundamente na possibilidade de que *textos ficcionais* produzidos e difundidos por sujeitas(os) negras(os) americanas(os) estejam habilitados, potencialmente, a *um modelo de conhecimento específico* acessível a nosso trabalho científico de formulação de problemas, análises e aferições (ALVES, 2018)²⁹.

Cabe investigar o quanto temos proposto novos problemas e soluções modelares, em nossa comunidade científica dos Estudos Literários no Brasil, visando à produção e difusão de conhecimento científico desde um lugar de enunciação onde somos sujeitas(os) cognoscentes e onde quens investigamos, igualmente, são sujeitas(os) cognoscentes; tal quadro nos leva a um problema epistemológico, com o qual necessitamos interrogar nosso fazer-ciência. Construir este problema implicaria uma concepção de ciência, antes de tudo, política, dizendo ao lugar do qual se enuncia e, como seu corolário, dizendo a que(m) serve, em um uso do verbo *servir* não em caráter axiológico, tampouco em uma posição utilitarista mas, de modo político, visando à pergunta: por quem enuncia nossa ciência; desde onde a enuncia; e com que(m) busca dialogar?

Si bien podemos reconocer la academia y sobre todo la academia asentada en el norte como lugar de enunciación privilegiada, luego de escuchar a las compañeras que están ubicadas en estos lugares, terminamos admitiendo que ‘el norte’ no es homogéneo como tampoco ‘el sur’. Tanto en un lado como en otro podemos encontrar compromisos con el pensamiento y el poder hegemónico o con su destitución. De lo que se trata entonces es de reconocer las especificidades de cada lugar y de potencializar articulaciones que permitan avanzar en la concreción de los objetivos político-académicos de un feminismo comprometido con la descolonialidad y ‘el antirracismo (MIÑOSO, 2014, p. 35)

Yuderkys Espinosa Miñoso (2014), no momento em que reconhecamos *la academia y sobre todo la academia asentada en el norte como lugar de enunciación privilegiada*, permite supor a violência epistêmica em nossos modos de compreender as literaturas de [quens tomados como] nossos Outros, apontando-nos a necessidade de uma vigilância epistemológica a reconhecer os lugares donde enunciam as(os) sujeitas(os) que investigamos; prevenindo, destarte, *compromisos con el pensamiento y el poder hegemónico* identificados a uma *academia asentada en el norte como lugar de enunciación privilegiada*. Convém, todavia, em nossas análises literárias, prevenir a fixação de um lugar de enunciação privilegiado, haja vista que “‘el norte’ no es homogéneo como tampoco ‘el sur’. Tanto en un lado como en otro podemos encontrar compromisos con el pensamiento y el poder hegemónico o con su destitución” (*Idem*, 2014): de um sul geográfico, não decorre, necessariamente, um sul epistemológico. Dito de outro modo: a posição geográfica não estipula condição suficiente à posição política. Como segundo elemento, a recusa a uma homogeneidade de nosso lugar necessita acompanhar a recusa a uma homogeneidade do lugar

²⁹ Ainda que o uso do termo *aferições* pareça estranho a este campo semântico, podemos encontrar seu sentido ao acompanhar a proposta de Douwe Fokkema e Elrud Ibsch (2006) em sua exposição acerca da validação argumentacional em ciência literária; como exemplo paradigmático do que propõem como investigação no domínio da explicação de literaturas negras enquanto objeto de pesquisa, situemos a posição do texto de Eduardo de Assis Duarte (2010) enquanto exame taxonômico e estabelecimento de categorias norteadoras a investigações sobre literaturas negras brasileiras - em sua terminologia, *afrobrasileiras*.

hegemônico. Dito de outro modo: da heterogeneidade do sul, não decorre, necessariamente, a homogeneidade do norte (ALVES, 2018). Eis, reposicionada, a pergunta inicial sobre o lugar do conhecimento (a “teoria ocidental” de Bhabha), assim como sobre nossa impermeabilidade a estas *producciones y difusiones otras del conocimiento*:

O que está em jogo quando se chama a teoria crítica de “ocidental”? Essa é, obviamente, uma designação de poder institucional e eurocentrismo ideológico. (...) Esta é uma manobra familiar do conhecimento teórico, onde, tendo-se aberto o abismo da diferença cultural, um mediador ou metáfora da alteridade deverá conter os efeitos da diferença. Para que seja institucionalmente eficiente como disciplina, deve-se garantir que o conhecimento da diferença cultural exclua o Outro; a diferença e a alteridade tornam-se assim a fantasia de um certo espaço cultural ou, de fato, a certeza de uma forma de conhecimento teórico que desconstrua a “vantagem” epistemológica do Ocidente (BHABHA, 1998, p. 59)

A citação de Bhabha (obtida em um dos textos fundantes ao atual estado do campo dos Estudos Literários, no Brasil), caso conduzida a suas últimas consequências, mostrar-nos-ia o quanto nossa disciplina, nos atuais termos, ao fim e ao cabo necessitaria da manutenção de [quens tomamos como] nossos Outros nesta posição, de modo imutável, enquanto pedra de toque desta “certeza de uma forma de conhecimento teórico que desconstrua a 'vantagem' epistemológica do Ocidente”. O deslocamento de nossos Outros traria em si o risco à desestabilização do conhecimento que produzimos sobre estes Outros. Como caso paradigmático de sujeitas(os) cognoscentes a questionar uma posição de alteridade na produção de conhecimento, a introdução de Francesca Gargallo a sua edição de *Feminismos desde Abya-Yalá. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América* (2014) retoma sua trajetória de estudo do feminismo americano, anteriormente desenvolvida em sua obra *Ideas feministas latinoamericanas* (2006), assinalando o quanto, ao tomar contato com feministas americanas não-ocidentais, percebe a centralidade de uma nova pergunta, epistêmica, acerca de seu lugar científico de enunciação ante a pluralidade de feminismos americanos – em seus próprios termos, *desubicarse*:

Gracias al diálogo que entablé con Maya Cú desde el afecto y el respeto mutuo, entendí que debía desubicarme del lugar de poder que me confiere la universidad, el saber institucionalizado y las normas políticas de la nación que se construye sobre la exclusión de los miembros que no quiere reconocer. (...) No obstante, por ese diálogo caí en la cuenta que tenía que desubicarme más, ir física y teóricamente al encuentro de las mujeres que desde otras condiciones de vida piensan y actúan para construir una vida mejor para las mujeres. Y que debía exponerme a ser aceptada o rechazada, desconocida o considerada una interlocutora válida, a partir de una reflexión sobre mi lugar como mujer blanca en la historia del racismo occidental y la hegemonía que reviste en la construcción y transmisión de saberes (GARGALLO, 2014, p. 20-21)

Em seu esforço de compreensão de feminismos americanos não-ocidentais, Gargallo estabelece uma base à formulação de novos problemas modelares, indagando a seu próprio lugar de produção de conhecimento sobre seus Outros: em nossas cartografias intelectuais, quens tomamos [como nós] também, indubitavelmente, como sujeitas(os) cognoscentes? Quens representam pontos no mapa e quens percorrem lugares conosco? Gargallo usa o verbo *desubicarse* assinalando a naturalização de seu próprio lugar de intelectual (gozando da prerrogativa à cartografia e à taxonomia dos feminismos americanos), de tal modo que a

pergunta esboçada em seu epílogo à obra de 2006 (“¿Hacia un feminismo no occidental?”) devém prólogo, em 2014, com vistas a compreender, desde o reconhecimento de seu lugar acadêmico ocidental, a estas sujeitas cognoscentes não-ocidentais que investiga(mos). Ao *desubicarse*, correntes de pensamento feminista americano não-ocidental poderiam nos ser dados a conhecer, à luz de um princípio afim ao *droit à l'Opacité* de Glissant.

Embora não haja pesquisa sem interpretação, existe interpretação sem pesquisa. Esta última requer rigor; na ciências exatas, ela exige verificabilidade: reproduzindo-se fielmente as condições de um experimento, o resultado será sempre o mesmo (DURÃO, 2015, p. 383-384)

Reconhecer um problema em nossa percepção e reconhecimento dos referenciais teóricos de [quens tomamos como] nossos Outros nos remete à imagem dos micróbios ao microscópio (nos moldes do que Costa Pinto propusera a Abdias do Nascimento, em sua intervenção no I Congresso Brasileiro do Negro, em 1959): sob a égide de objetividade do fazer científico (cenário no qual se justificaria nossa adoção de procedimentos atinentes a ciências exatas, notadamente a verificabilidade mediante constância de condições de experimentação), se alojaria a violência epistêmica contra sujeitas(os) negras(os) cujos textos investigamos. Ao enunciar um princípio de verificabilidade a textos literários não-canônicos, em oposição ao exercício de interpretação [como prerrogativa] a textos canônicos, subjacente a esta distinção metodológica residiria um problema epistêmico: a textos não-canônicos, escritos por [quens tomamos como] nossos Outros, nossa prática científica reserva o princípio de verificabilidade pois “reproduzindo-se fielmente as condições de um experimento, o resultado será sempre o mesmo” (DURÃO, 2015; ALVES, 2018). Dadas tais condições, se compreenderia nossa escolha de reservar às literaturas não-canônicas o domínio da explicação (próprio às ciências exatas), reservando a compreensão (própria às ciências humanas) ao exame das literaturas canônicas, mediante o método interpretativo. A literariedade, como conceito a distinguir a natureza do que investigamos, devém critério de definição do literário [aplicado por nós intelectuais, de modo discricionário] e, em última instância, como critério do humano. Na ausência de literariedade, migra-se da compreensão à explicação.

Em tal quadro, como consequência, nosso acúmulo de conhecimento nos habilita a generalizações, a taxonomias, a assertividade acerca de [quaisquer] literaturas não-canônicas, assegurando a interpretação ao domínio de textos literários canônicos ou, em uma palavra, ao que nós, Sujeitos (ou nós, intelectuais), reconhecemos como Literatura: em vez de compreender as condições de possibilidade a uma fala de [quens tomamos como] nossos Outros, corremos o risco de atualizar, o tempo todo, uma interdição de [quens tomamos como] nossos Outros à posição de intelectuais; de sujeitas(os) cognoscentes; de formação de redes intelectuais, em suas consequências epistemológicas e políticas.

Sendo assim, o subalterno é alvo da violência epistêmica, se constituindo como o Outro do discurso colonial que ora deve estar por sua própria conta, ora deve estar sob sua tutela. (...) Ou seja, o subalterno não é aquele que não tem voz, mas é aquele que é continuamente falado pelo desejo do outro (SOUZA, 2018)

Ao Sujeito se reserva a fragmentariedade, o deslocamento, a multiculturalidade, a complexidade desde suas subjetividade e cultura híbridas; a [aqueles tomados como] nossos Outros, se reserva o domínio de uma identidade natural[izada] que, desde sempre, a conhecemos, identidade monolítica passível de explicação; cada indivíduo sempre se nos mostraria em condição de *representar* ao conjunto de sua raça e, neste uso do conceito de representação para compreender a este indivíduo enquanto conjunto da raça, passamos a falá-

lo, continuamente, por nosso desejo. A violência epistêmica encontra terreno neste recurso à racialização de um Outro apenas possível em nosso discurso de Sujeito, de intelectual: nas palavras de Bhabha (1998, p. 59), “o déspota turco de Montesquieu, o Japão de Barthes, a China de Kristeva, os índos nhambiquara de Derrida, os pagão de Cashinua de Lyotard”.

Frequentemente, assumimos que as pessoas com as quais trabalhamos, para as quais ensinamos, com as quais deixamos nossos filhos na escola, que sentam ao nosso lado, vão agir e sentir de maneira predefinida por pertencerem a determinada categoria de raça, classe social ou gênero. Esses julgamentos por categorias têm de ser substituídos por relações completamente humanas que transcendam as diferenças criadas por raça, classe e gênero como categorias de análise. Necessitamos de novas categorias de conexão, novas visões de como podem ser nossas relações com os outros (HILL COLLINS, 2015, p. 15)

Percebemos a ideia de vigilância epistemológica nesta citação de Patricia Hill Collins, neste Sujeito enquanto “pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós”. Apenas a [aqueles tomados como] nossos Outros cabe falar de raça, ao passo que atribuí-la ao Sujeito não faria o menor sentido: a racialização como natureza de [quens tomamos como] nossos Outros; ao Sujeito, cabe homogeneizá-los haja vista sua prerrogativa de complexidade; nossas hipóteses suporiam, dadas tais condições, que [quens tomamos como] nossos Outros “vão agir e sentir de maneira predefinida por pertencerem a determinada categoria de raça, classe social ou gênero”, em nome de um princípio de verificabilidade, próprio a nossa legitimação como ciência (ALVES, 2018).

Reconhecendo o potencial epistemológico de obras literárias, avançando ao potencial epistemológico das(os) sujeitas(os) que investigamos, mediante exame de obras literárias, tal constatação nos levaria a propor um modelo de produção e difusão de conhecimento tributário não de uma relação sujeito-objeto, mas de uma relação sujeita(o)-sujeita(o), aceitando e enfrentando seus corolários no interior da teoria literária. Justifica-se o cuidado de Achille Mbembe, na introdução a *Crítica da razão negra* (2014), ao demonstrar o quanto nosso epistema ocidental, de base centroeuropeia, estipula o par Negro/raça para tratar conceitualmente a diferença como problema científico; em tal modo de conceituar a diferença, [aquilo que identificamos como] o Negro ocuparia uma posição necessária (ou um *telos*) de Outro de uma Europa tomada a si própria de modo homogêneo.

Para apreender com mais exactidão a importância destes perigos e possibilidades não é de mais recordar que, de uma à outra ponta de sua história, o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e de sua manifestação em seu ser primeiro ou ainda, no seu próprio espelho (MBEMBE, 2014, p. 10)

A partir de Mbembe, cumpre assinalar o quanto, em nosso fazer-ciência, corremos o risco de adotar esta *posição necessária de Outro* às literaturas que investigamos, assim como perceber nosso próprio lugar enquanto lugar natural[izada]mente ocidental, salvaguardando, destarte, nossa prerrogativa de análise de [quens tomamos como] nossos Outros. Subsequente ao par Negro/raça, Mbembe nos assinala dois aspectos a uma definição daquilo que tomamos como Negro[/raça]: nem a definição do ser-negro, tampouco a pertença a este ser-negro, competem às(aos) sujeitas(os) por elas categorizadas(os), ambas permanecendo prerrogativas do Sujeito, da comunidade científica, do intelectual:

De seguida, deve-se ao facto de que ninguém – nem aqueles que o inventaram nem os que foram englobados neste nome – desejaria ser um negro ou, na prática, ser tratado como tal. (...) Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele ou de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do Negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura, a da loucura codificada (*Idem*, p. 11)

Isto nos levaria a uma consequência política, subjacente a nossas escolhas de referenciais teóricos, no exame de [quens tomamos como] nossos Outros: tal problema repousaria na adoção de um epistema centroeuropeu (ou euro-americano, acompanhando o termo de Mbembe) em nossa construção de problemas modelares, assim como de soluções modelares no interior de nossa comunidade científica. Na base deste epistema, permaneceria a justificação: de nossos referenciais teóricos; de tomar as literaturas investigadas, necessariamente, como literaturas de nossos Outros; do Outro como aquele dotado de raça.

Isto posto, cabe promover um lugar no qual compreendamos nossas(os) sujeitas(os) de investigação, mediante interpretação do potencial epistemológico de suas obras literárias, enquanto sujeitas(os) cognoscentes com a prerrogativa de redes intelectuais; ademais, cabe promover a compreensão de nosso lugar enquanto sujeitas(os) cognoscentes, com prerrogativas similares. Destarte, a tarefa de pensar o potencial epistemológico de sujeitas(os) negras(os) americanas(os), mediante exame de suas obras literárias, possibilitaria a formulação de novos problemas modelares a nossa comunidade científica, de maneira a ler a estas(es) intelectuais não como matéria-prima mas, notadamente, como sujeitas(os) cognoscentes em agência, em devir.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alcione Correa. O paradoxo de Córdoba: sujeito cognoscente e violência epistêmica. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 1, p. 9-24, jan./jul. 2017. Disponível no sítio <<http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/view/4216>>, último acesso em 27 de abril de 2018.

_____. Violência epistêmica, redes intelectuais, sujeitas(os) cognoscentes. XXXIII ENANPOLL – 2018. **Encontro Nacional da ANPOLL**. Produção de conhecimento, liberdade intelectual e internacionalização: homenagem ao Prof. Antonio Candido. UFMT, *Campus* de Cuiabá. Disponível em: <<http://anpoll.org.br/eventos/enanpoll2018/wp-content/uploads/2018/06/Artigo-Anpoll-Alcione-Enanpoll.pdf#page=15&zoom=auto,-89,755>>.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão da tradução de Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BELAUSTEGUIGOITIA, Marisa. Descarados y deslenguadas: el cuerpo y la lengua india en los umbrales de la nación. **Debate feminista**, volumen 24, octubre 2001, p. 230-252. Disponível no sítio <http://www.debatefeminista.cieg.unam.mx/wp-content/uploads/2016/03/articulos/024_14.pdf>, último acesso em 28 de abril de 2018.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005, 3a. reimpressão

(Coleção Humanitas)

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afrobrasileira. **Terceira Margem: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura.**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras, Pós-graduação, Ano XIV, n. 23, jul-dez. 2010, p. 113-138.

DURÃO, Fábio Akcelrud. Reflexões sobre a metodologia de pesquisa nos estudos literários. **DELTA** [online], 2015, vol. 31, n. spe, p. 377-390. Disponível no sítio <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502015000300015&script=sci_abstract&tlng=pt>, último acesso em 21 de abril de 2018.

FOKKEMA, Douwe W.; IBSCH, Elrud. A compreensão e sua validação argumentacional. **Conhecimento e compromisso: uma abordagem voltada aos problemas dos estudos literários.** Tradução de Sara Viola Rodrigues *et alii*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 31-38.

GARGALLO, Francesca. La pregunta por los feminismos no-occidentales de América Latina. **Feminismos desde Abya-Yalá. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América.** Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014, p. 17-23 (El texto de la presente obra corresponde a la edición venezolana. La obra fue distinguida con Mención Honorífica del Premio Libertador al Pensamiento Crítico, Venezuela, 2013). Disponível no sítio <<http://francescagargallo.wordpress.com/>>, último acesso em 29 de abril de 2018.

GLISSANT, Édouard. **Introduction à une poétique du divers.** Paris: Gallimard, 1996.

_____. **Le discours antillais.** Paris: Gallimard, 1997. (Folio Essais, 313)

HILL COLLINS, Patricia. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. **Reflexões e práticas de transformação feminista.** Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42 (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4). Disponível no sítio <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista.pdf>>. Último acesso em 30 de abril de 2018.

MBEMBE, Achille. Introdução: o devir-negro do mundo. **Crítica da razão negra.** Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014, p. 9-24.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo.** Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Yuderkis Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz (editoras). Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. Disponível no sítio <[http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDAE050587536052580040076985F/\\$FILE/Tejiendo.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDAE050587536052580040076985F/$FILE/Tejiendo.pdf)>. Último acesso em 20 de abril de 2016.

KUHN, Thomas S. Prefácio. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira; revisão de Alice Kyoko Miyashiro; produção de Ricardo W. Neves e Sylvia Chamis. São Paulo: Perspectiva, 1995, 3a. edição, 2a. tiragem, p. 9-18 (Coleção Debates).

GT LITERATURA ORAL E POPULAR. XXXIII ENANPOLL – 2018. Mauren Pavão Przybylski (Coordenadora). **Encontro Nacional da ANPOLL.** Produção de conhecimento,

liberdade intelectual e internacionalização: homenagem ao Prof. Antonio Candido. UFMT, *Campus* de Cuiabá. Disponível em: <<http://anpoll.org.br/eventos/enanpoll2018/wp-content/uploads/2018/06/Programac%CC%A7a%CC%83o-GT-Literatura-Oral-e-Popular.pdf>>.

SOUZA, Lívia Natália. Uma reflexão sobre os discursos menores ou a escrevivência como narrativa subalterna. **Revista Crioula**, n. 21, p. 25-43, 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/146551>>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

[Recebido: 18 jan. 2019 – Aceito: 25 jul. 2019]